



O "NÃO LUGAR" DAS MULHERES NA MEMÓRIA E NA HISTÓRIA DO PCB

Iracéli da Cruz Alves
Doutoranda em História (UFF)

Resumo: Resultado de uma pesquisa em desenvolvimento, o trabalho tem a finalidade de fazer uma breve discussão sobre a memória e a história do Partido Comunista Brasileiro (PCB), e o lugar (ou o “não lugar”) que tem sido reservado às mulheres. Grande parte dos textos memorialísticos são de autoria masculina e deram pouca visibilidade à militância feminina e/ou as discussões feministas. O esquecimento (ou silêncio?) acabou perpassando os trabalhos historiográficos que frequentemente secundarizam, ou simplesmente não mencionam, a atuação das mulheres. Busca-se analisar a militância *comunofeminista*, experiência que tem sido negligenciada pelos estudiosos. Apesar dos esquecimentos e/ou silêncios, as mulheres participaram ativamente do partido, quicá imprimindo um jeito próprio de fazer política. É fundamental recuperar essa história, já que a maioria dos trabalhos toma como base aspectos da chamada política geral, o que exclui a política feminista, considerada específica. Essa concepção acaba relegando para plano secundário a participação feminina dentro do partido. Visto meramente como um movimento particular, não se questiona o impacto da política feminista nas discussões políticas “gerais”, nas resoluções do partido e no estabelecimento de seus programas.

Palavras-chave: História, Memória, PCB, feminismo

De uma forma geral, em se tratando da militância feminina, grande parte dos textos memorialísticos, a maioria de autoria masculina, deu pouca visibilidade à militância feminina e/ou às discussões feministas. Autores como Leôncio Basbaum (1976), Elias Chaves Neto (1977), Agildo Barata (1978), Moisés Vinhas (1982), Jacob Gorender (1987) e João Falcão (1988) deram pouca, ou nenhuma, atenção a atuação das mulheres no partido.

O único texto de memória escrito por mulher que foi consultado não teve como preocupação central a militância feminina. Em *Meu Companheiro: 40 anos ao lado de Luiz Carlos Prestes*, como o próprio título indica, Maria Prestes (1992), no tempo da escrita viúva do *Cavaleiro da Esperança*, lembrou a vida de Prestes, especialmente em família. Mesmo tendo sido militante de base do PCB, quando era mais conhecida como Mira, e tendo desenvolvido atividades cruciais para a sobrevivência do partido, a autora dá pouca ênfase a sua experiência política. Num universo dominado pelo machismo, não era incomum entre as próprias mulheres a ideia de que suas atividades políticas eram irrelevantes.

Provavelmente, em função disso, em seu livro, Maria Prestes narrou com mais ênfase a vida de seu companheiro, este sim considerado muito mais relevante. A autora deu mais atenção à vida cotidiana do “cavaleiro da esperança”. Apesar do foco na vida em família, a narrativa permite entrever as atividades desenvolvidas por parte das mulheres do PCB e indica como o machismo se reproduzia nessas relações, como ilustra o trecho a seguir:

Quando saí da clínica [após ter tido um filho], fiquei alguns dias no Rio, no aparelho do Partido em Jacarepaguá, onde morava o Arruda Câmara, um dos mais importantes dirigentes do PCB naquela época. [...] Durante esses dias tive um sério conflito com o Arruda. Ele maltratava todo mundo em sua volta. A companheira que cozinhava para o aparelho esqueceu que o Arruda não comia cebola. O Arruda quase que virou a mesa, teve uma reação terrível. A pobre companheira em pânico ficou aos prantos. Eu disse que não era através de gritos e murros na mesa que a ordem deveria ser mantida, o Arruda ficou furioso, disse que eu estava com pretensões de ser dirigente. Mandou eu me comportar, pois ele sim, um comunista, sabia das coisas. (PRESTES, M. 1993: 74-75).

O fato narrado por Maria Prestes sinaliza constantes tensões no interior da militância. Ao mesmo tempo abre brechas para a reflexão sobre como o machismo se reproduzia naquele espaço. Mas há um quase absoluto esquecimento (ou silêncio?) acerca das experiências femininas no partido, que tem deixado marcas nos trabalhos historiográficos. Silêncio e esquecimento são coisas distintas. O que não é dito não significa, necessariamente, que foi esquecido. No caso específico das memórias produzidas pelos homens do partido, os silêncios e/ou esquecimentos sobre as mulheres podem ter relação com a ideia de que suas práticas não foram politicamente relevantes para o partido, ou representam uma tentativa de apagar da memória oficial do partido episódios que contrariam o ideal revolucionário que incluía o debate sobre a libertação feminina.

Em que pese os esquecimentos e/ou silêncios posteriores, é provável que as experiências femininas na política partidária tenham contribuído para remodelar os sujeitos e a maneira de entender o lugar social das mulheres. Certamente, não foi por acaso que em 1975 o PCB lançou um documento de autocrítica reconhecendo que tinha negligenciado, prática e teoricamente, o trabalho entre as mulheres. Nesse sentido, cabe algumas notas acerca da militância feminina no PCB, aqui entendida como um movimento feminista desenvolvido no interior e para além da dinâmica partidária.

A história dos movimentos feministas no Brasil é marcada pela heterogeneidade. Durante o século XX algumas mulheres escolheram o PCB com um espaço de ação. Há indícios de uma expressiva participação feminina no processo que culminou na formação do partido, fundado em 25 de março de 1922. (TAVARES, 2003: 49). Além disso, um olhar nas fontes jornalísticas permite mapear outras organizações femininas fundadas por comunistas. Em 1935 criaram a União Feminina do Brasil (UFB) que, em decorrência do autoritarismo do governo de Getúlio Vargas, sobreviveu por apenas dois meses. Durante o curto período de existência

lançou um manifesto convocando as mulheres à luta. A organização defendeu pautas específicas: reivindicou a emancipação feminina; mais acesso à educação formal e que na escola tivessem a mesma formação que os homens; defendeu o fim das disparidades salariais entre os sexos, a partir do princípio do igual salário para igual trabalho e pautou a valorização do trabalho doméstico como trabalho produtivo. (*Diário da Bahia*, 03/07/1935: 3).

No período, organizações não vinculadas ao PCB também reivindicavam a emancipação feminina, como a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). Oficialmente inaugurada em 1922, a FBPF teve como questão central, mas não única, a incorporação da mulher como sujeito portador de direitos políticos. Organização de nível nacional, alcançou uma institucionalização surpreendente. Embora houvesse semelhança entre as questões levantadas pela UFB e a FBPF, a primeira pretendia mobilizar politicamente mulheres de diferentes classes sociais enquanto a segunda, apesar de discutir os problemas enfrentados pelas mulheres da classe trabalhadora, não se esforçou em mobilizá-las. (SOIHET, 2013: 94-95). Ademais, a UFB se pronunciou abertamente contra o autoritarismo do sistema político vigente, encabeçado por Getúlio Vargas. Por outro lado, a FBPF, geralmente, estabeleceu alianças com grupos políticos detentores do poder institucional. (ALVES, 2015: 45).

Na década de 1940, algumas transformações nos campos político, social e cultural contribuíram para mudanças nas relações entre as comunistas e as mulheres assumidamente feministas. Na década de 1930 predominou o confronto, ao ponto da UFB ressaltar que o feminismo da FBPF seria um falso movimento de libertação das mulheres, na medida em que, “as Berthas Lutz [presidenta da organização] uma vez instaladas no poder, pouco se lembram das plataformas ‘feministas’ gritadas em praça pública, a fim de arrastar as massas femininas” (*Diário da Bahia*, 04/07/1935: 1). Já na década seguinte prevaleceu a tentativa de aliança. Com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), as inquietações pela concretização do que consideravam princípios democráticos atingiram maior consenso no seio da sociedade. O PCB adotou a política de União Nacional que, em linhas gerais, defendia as regras do jogo democrático como garantia para a transição do regime capitalista para o socialista.

Diante das transformações, as mulheres do partido passaram a dialogar de maneira mais amistosa com a FBPF. Apesar disso, em 1946, o líder comunista Carlos Marighella descreveu o feminismo como “um falso movimento que se diz disposto a emancipar as mulheres” (*O Momento*, 05/05/1946: 1). De acordo com ele, o movimento representava uma luta de mulheres contra homens, com teor reacionário. Essa afirmação, utilizada de maneira descontextualizada, como o fez Mário Magalhães (2012: 174), leva a conclusões equivocadas

de que Marighella era simplesmente antifeminista. É verdade que, sendo um homem de seu tempo, existe uma grande probabilidade dele ter adotado práticas machistas durante sua trajetória. No entanto, não se deve perder de vista que Marighella foi um entusiasta da luta em defesa dos direitos das mulheres. Na Bahia, o próprio Magalhães reconhece que ele conversava com as trabalhadoras sobre suas mazelas, além de propagar a necessidade de que aderissem à União Democrática Feminina, organização ligada ao PCB, fundada em Salvador em 1945. (MAGALHÃES, 2012: 173-174).

Para Marighella, o único caminho para uma verdadeira libertação feminina seria a formação de organizações junto ao povo “nos bairros mais abandonados da cidade” (*O Momento*, 05/05/1946: 1). Ancorado nas teses defendidas por Engels em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, o comunista acreditava que a subordinação feminina teria emergido no bojo do capitalismo. Em sua leitura, nos tempos primitivos as mulheres teriam experimentado uma situação de liberdade por participarem ativamente da produção. Mas com a emergência do mundo capitalista, elas teriam sido inferiorizadas, ficando sujeitas a uma verdadeira “escravidão de vida”, decorrente, sobretudo, da sua dependência econômica. (*O Momento*, 05/05/1946: 1). Essa era a leitura hegemônica do comunismo à época.¹

No mesmo artigo, Marighella chamou a atenção para os fatores culturais responsáveis pelo que chamou de “escravização” feminina, destacando que na Rússia, mesmo após a Revolução de 1917, alguns homens continuavam oprimindo as mulheres devido à “mentalidade”. Defendeu que a liberdade só seria conquistada quando as mulheres voltassem a participar dos meios de produção e destacou como condição *sine qua non* a inserção no meio produtivo. Para o pecebista, as mudanças nas formas de pensar viriam com o tempo, a partir da educação das massas. Portanto, naquele contexto o mais urgente seria a eliminação do capitalismo.

Apesar das ressalvas de Marighella, na década de 1940, como foi dito, as mulheres do PCB se propuseram a fazer alianças com grupos assumidamente feministas. O fato indica que elas tinham alguma autonomia na construção de suas táticas de resistência. Em novembro de

¹ Apesar dos avanços, pesquisadores e pesquisadoras do tema não conseguem precisar a gênese da subjugação feminina, mas já levantam hipóteses consistentes de que o processo de inferiorização das mulheres se deu muito antes do surgimento da propriedade privada, sofrendo variações relacionadas ao tempo e ao espaço. Muitos intelectuais debateram sobre esta temática e não chegaram a um consenso, o que não diminui as contribuições de cada um deles. No que diz respeito a famosa obra de Engels, *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, Zuleika Alambert (1986: 21-37) advertiu que a obra é constituída por uma teoria baseada em estudos etnológicos e por diversas observações feitas marginalmente, junto com Marx, sobre o problema da opressão da mulher na sociedade de classes e sobre a sua emancipação. O livro, escrito depois da morte de Marx, expõe os resultados das pesquisas do antropólogo Morgan. A autora observou que muitas lacunas e fraquezas da obra podem ser explicadas com base no nível das pesquisas etnológicas do seu tempo. (ALAMBERT, 1986: 21-37)

1947 ocorreu, no Rio de Janeiro, uma mesa redonda organizada pela FBPF. As pecebistas participaram do evento, inclusive compuseram a mesa de abertura. Segundo a reportagem, “o ambiente da Mesa Redonda era de franca cordialidade”, o que não impediu a ocorrência de debates calorosos. (*Momento Feminino*, 28/11/1947: 22). No entanto, a expressão “feminismo” continuava sendo evitada entre as comunistas. Mas, mesmo não se autodenominando feministas, na prática militavam pela libertação do gênero feminino, através de vários mecanismos, como reuniões, fundação de organizações, eventos em bairros populares, atuação na imprensa e na literatura.

Em 25 de julho de 1947 fundaram o jornal *Momento Feminino*. O periódico foi criado com o objetivo “de atrair todas as mulheres dos mais escondidos recantos brasileiros, as mulheres das cidades movimentadas, como dos sertões nordestinos, do litoral como dos campos”. (*Momento Feminino*, 25/07/1947: 2.) Visavam congregar o maior número possível de integrantes para formar uma única frente capaz de marchar em “direção a um objetivo comum, a um horizonte de luz, alegria, saber, conforto e felicidade”. (*Momento Feminino*, 25/07/1947: 2). Havia uma preocupação constante em demarcar que o *Momento Feminino* não era “um jornal feminista, mas uma publicação para os lares” (*Momento Feminino*, 01/08/1947). Salvo raras exceções, mesmo nas publicações referentes às organizações assumidamente feministas, substituía-se os termos feminismo/feminista por feminino/feminina. Mesmo recusando o adjetivo, suas páginas imprimem parte das discussões que as pecebistas travaram no contexto em que o jornal circulou, além de informar sobre as atividades práticas desenvolvidas com o intuito de auxiliar mulheres em situação de vulnerabilidade, ou que porventura precisassem de apoio para resolver seus problemas, inclusive aqueles de foro privado. Sua última edição foi publicada em 1956. Portanto, entre 1947 e 1956 o jornal imprimiu parte das preocupações centrais das mulheres que lhe davam vida.

A coluna *Direitos da Mulher*, cuja responsabilidade, num primeiro momento, coube a advogada Nice Figueiredo, traz elementos fundamentais para a reflexão.² A coluna tinha por objetivo maior esclarecer as leitoras “sobre os direitos femininos e a lei que os garante ou os cerceia” (*Momento Feminino*, 14/11/1947: 12). Dentro da luta por direitos civis havia um debate sobre como a cultura contribuía para a institucionalização das desigualdades entre mulheres e homens. Entre os vários problemas apontados pela colunista, chama a atenção a

² Nice Figueiredo atuou como colunista do jornal de setembro de 1947 até junho de 1950, publicando ao todo, 51 textos, assim distribuídos: 12 publicados em 1947; 26 em 1948; 6 em 1949 e 7 em 1950. Ao que parece, ela se afastou do periódico devido a divergências com o grupo. Seu último texto, intitulado *Um erro de revisão*, publicado em 15 de junho de 1950, tem um tom de aparente irritação.

crítica que fez à cultura limitadora da sexualidade feminina, ratificada no plano legal. Nesse sentido, problematizou: “Serão sem recato e indignas todas as mulheres que antes de se casar já tenham conhecido outro homem?” (*Momento Feminino*, 17/10/1947: 5). Prontamente respondeu:

Não. O critério de valorização da dignidade de uma mulher pela sua virgindade, longe está de corresponder a um princípio sadio de moral, e, muito menos, ao conceito de liberdade individual de nossos dias. A virgindade é um predicado físico, cuja preservação é assunto que diz respeito tão somente a quem a possui. Dignidade é um predicado moral que independe da existência da membrana virginal. [...] A prática do ato sexual não desonra pessoa alguma. Desonroso e indigno podem ser a intenção, o objetivo comercial, o ardil para conseguir casamento ou para garantir manutenção gratuita. Mas, a atitude corajosa de uma mulher que sem interesses e objetivos determinados se dá ao homem que ama, não é e nunca foi, apesar das barreiras de preconceitos erguidas pelos homens, uma atitude indigna reveladora de falta de pudor ou recato. (Momento Feminino, 17/10/1947: 5).

Embora não totalmente descolado do pensamento próprio de sua época, que relacionava a sexualidade feminina ao amor e a prostituição à degenerescência, o discurso de Nice Figueiredo questionava o padrão moral da sociedade na qual ela se inseria. No Brasil da década de 1940, a crítica pública ao ideal de castidade das mulheres solteiras não era comum. Ao contrário, o recato feminino era considerado um valor moral inestimável.

As colunas “Atendendo a sua consulta”, “Confidências...” e “Nosso Amor, nossa Vida” também merecem destaque, pois funcionavam como uma espécie de “grupo de reflexão” à distância. As leitoras escreviam cartas, compartilhando suas angustias do cotidiano e aguardavam respostas, que eram publicadas na edição seguinte. As sugestões eram escritas por outras leitoras e por editoras do jornal com a finalidade de colaborar para a resolução do problema da companheira. Os mais variados problemas eram compartilhados, desde brigas conjugais, desentendimentos entre mães, pais e filhos, até desavenças familiares mais gerais.

Além do periódico, as comunistas construíram a Federação de Mulheres do Brasil (FMB). Fundada em maio de 1949 em uma Conferência Nacional Feminina ocorrida no Rio de Janeiro, a organização tinha como objetivo central construir um movimento feminino nacional e unificado. O evento foi organizado por uma diversidade de grupos atuantes no período, como: a Associação Feminina do Distrito Federal, a Federação das Mulheres de São Paulo, a União Feminina de Minas Gerais, o Comitê de Mulheres de Pernambuco, entre outros. Apesar das dificuldades materiais, a conferência reuniu delegações de dez Estados – Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande

do Sul e São Paulo. No evento, as mulheres discutiram assuntos ligados a três eixos temáticos: direitos da mulher, infância e juventude, e alto custo de vida. (*Momento Feminino*, 30/06/1949: 4).

As discussões ocorridas na conferência evidenciam os problemas que as mulheres julgavam mais urgentes naquele contexto: ausência de direitos institucionais, especialmente para as mulheres casadas; carestia de vida; salários baixos e desiguais entre os sexos; educação precária, falta de creches, hospitais e maternidades e exploração das empregadas domésticas. No evento salientou-se que era preciso combater o estado de inferiorização social no qual se encontravam. Para que esses problemas fossem solucionados, consideravam fundamental a construção de um movimento feminino forte, nacional e unificado. (*O Momento*, 15/06/1948: 5). A Conferência Nacional de Mulheres e a fundação da FMB foram realizadas justamente para cumprir esta finalidade. Apesar de se almejar apartidária, as mulheres do PCB desempenharam um papel relevante na FMB, cujas atividades foram amplamente noticiadas pela imprensa comunista.

A FMB foi criada em um contexto em que o PCB passava por problemas políticos. A partir de 1946, passada a euforia democrática de 1945, o autoritarismo e a ofensiva anticomunista foram retomados no Brasil. Esse movimento tem relação com o início da chamada Guerra-Fria. Diante do novo quadro, o partido abandonou a linha de União Nacional, substituindo-a por uma linha mais radical, orientada para a derrubada do governo. Moisés Vinhas (1982: 96) lembrou que, provavelmente, o que impediu o desaparecimento do PCB como força política efetiva nesse período foi o seu protagonismo nas campanhas pela paz, contra a bomba atômica e, principalmente, nas atividades desenvolvidas em defesa do monopólio estatal do petróleo e da construção da Petrobrás. As mulheres atuaram de maneira expressiva em parte dessas campanhas. A participação feminina era incentivada pelo partido, em decorrência da concepção de que a suposta sensibilidade feminina e o imaginado instinto materno eram essenciais para o encaminhamento das campanhas pela paz. (RIBEIRO: 2011: 62)

Se isso está correto, nota-se que a historiografia sobre o PCB invisibilizou a atuação das mulheres. Apesar da relevância das pesquisas para a história política do Brasil, bem como para a história do PCB, trabalhos como os de Ribeiro (2011), Sena Junior (2009); Mazzeu & Lagoa (2003) e Mazzeu (1999), entre outros, por não ter como foco as relações entre gêneros, deixam escapar as tensões presentes nas relações de gênero no interior da militância. Analisá-las é fundamental para a compreensão das definições políticas do partido.

As avaliações sobre a força política e a inserção social do partido não tomam como parâmetro o trabalho desenvolvido pelos “quadros femininos”. Portanto, é relevante inquirir sobre como as mulheres participaram das campanhas partidárias e os níveis dessa participação. Em que medida a militância feminina foi relevante para fortalecer o partido e garantir sua inserção social? Observa-se que, paradoxalmente, em um período em que o partido estava enfraquecido, as mulheres conseguiram fundar a Federação de Mulheres do Brasil e articular um movimento nacional expressivo.

Na década de 1950 a FMB realizou alguns encontros regionais e nacionais e participou de eventos internacionais, visando discutir tanto a importância da paz mundial quanto os seus problemas específicos, sem necessariamente dissociá-los.³ A organização sofreu com algumas investidas do governo, inclusive foi posta na ilegalidade em alguns períodos. Ainda não é possível precisar quando ela suspendeu suas atividades. De acordo com o *Dicionário Mulheres do Brasil*, foi extinta no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960). (SCHUMA; BRASIL, 2000: 226). Todavia, o jornal *Novos Rumos*, também ligado ao PCB, informa sobre a atuação da organização em 1960. (*Novos Rumos*, 19-25/08/1960: 5.) Ademais, Elza Macedo indica que em 1962 a federação participou da Assembleia da Comissão Interamericana de Mulheres, realizada no Rio de Janeiro. (MACEDO, 2001: 197).

Os fatos apresentados até aqui evidenciam um intenso movimento de mulheres pecevistas que, de variadas formas, promoveram a construção de uma luta feminista articulada ao PCB, mas não totalmente dependente dele. Elas tinham instrumentos de luta específicos e gozavam de relativa autonomia, como foi demonstrado. Além dos meios apresentados, as mulheres em movimento também acionaram a literatura como instrumento de expressão política, o que não significa dizer que esta prática tenha sido exclusivamente feminina. Dentro do PCB havia o entendimento de que a literatura era um importante instrumento político. O partido investiu na chamada política cultural, propondo que os seus artistas colocassem a arte a serviço da revolução socialista. (MORAES, 1994, OLIVEIRA, 1998; TORRES, 2009; NAPOLITANO, 2014). Algumas mulheres atenderam as orientações, sem esquecer de pontuar a necessidade de um socialismo atento às “questões femininas”.

Algumas comunistas utilizaram a literatura como meio de expressão de suas aspirações políticas, a exemplo de Alina Leite Paim (1919-2011) e Jacinta Passos Amado (1914-1973). Ambas tiveram uma trajetória de destaque tanto como militantes do PCB, quanto como artistas engajadas na causa feminista. Arte e política se entrecruzavam em suas vidas.

³ O jornal comunista *Imprensa Popular* traz um número extensivo de matérias sobre esses eventos.

Natural de Estância, interior de Sergipe, Alina Leite Paim possui uma trajetória política e intelectual pouco comum para as mulheres de seu tempo. Filiou-se ao PCB em 1945. Em 1946 foi homenageada pelo partido, recebendo, das mãos de Luís Carlos Prestes, o *Carnet* de membro do PCB. (*Tribuna Popular*, 21/04/1946: 1.). Grande parte de sua militância desenvolveu-se no Rio de Janeiro, fez parte das células Estivador Santana e Theodoro Dreiser; foi membro do Departamento Feminino do Comitê Democrático Botafogo-Lagoa; entre 1946 e 1947 fez parte do comitê Pró-Candidatura Popular do bairro de Santa Tereza, Rio de Janeiro; foi segunda secretária da Associação Brasileira de Escritores de 1947 a 1948; atuou na imprensa, colaborando em alguns periódicos ligados ao PCB, a exemplo dos jornais *Momento Feminino* e *Voz Operária* e das revistas *Leitura* e *Esfera*, geralmente publicando contos.

Ademais, publicou dez romances, a maioria teve como protagonistas mulheres que questionavam as normas sociais estabelecidas.⁴ Dois deles circularam internacionalmente: *A Hora Próxima* (Rússia, 1957 e China, 1959) e *Sol do Meio Dia* (Bulgária, 1963 e Alemanha, 1968). Em 1961, *Sol do meio-dia* ganhou o prêmio Manoel Antônio de Almeida, da Associação Brasileira do Livro. (*Novos Rumos*, 23-29/06/1961: 5). Em 1965 foi a vez da trilogia de Catarina receber o prêmio Especial Walmap, no IV Centenário do Rio de Janeiro. (*Diário de Notícias-RJ*, 11/07/1965: 6 – Suplemento Literário). O nome da autora figurou nas páginas de periódicos de grande circulação, como o *Diário de Notícias* e o *Jornal do Brasil*. Também foi prestigiada por seus pares, recebendo elogios de personalidades como Jorge Amado, Graciliano Ramos, Luiz Henrique Dias Tavares, Ademar Cavalcanti, Dalcídio Jurandir, entre outros. (PAIM, 1949; PAIM, 1961; PAIM, 1979; *O Momento*, 01/10/1949: 3; *Imprensa Popular*, 23/02/1951: 2).

Jacinta Passos também teve uma atuação significativa. Natural de Cruz das Almas, interior da Bahia, filiou-se ao PCB em 1945. Naquele ano, foi a única mulher, na Bahia, a concorrer pelo partido ao cargo de deputada federal. Atuou como jornalista, tanto em periódicos pecebistas (revista *Seiva*), quanto em jornais de grande circulação na Bahia (*O Imparcial*). (AMADO, 2010: 335-384). Se relacionou com artistas e intelectuais de prestígio, como Jorge Amado, Érico Veríssimo, Antônio Cândido, Zorávia Bettil, Gabriela Mistral, Sérgio Buarque de Holanda, Jacob Gorender, entre outros. (AMADO, 2010: 335-384). Na década de 1940 chegou a ser apontada por Jorge Amado (1964: 32) como parte de uma “escola de arte política que [era] tradição da inteligência baiana”. Na década seguinte já estava no rol das melhores artistas da Bahia. Durante sua trajetória como militante do PCB, participou de comícios,

⁴ *Estrada da Liberdade* (1944); *Simão Dias* (1949); *A Sobra do Patriarca* (1950); *A hora próxima* (1955); *Sol do meio-dia* (1961); a trilogia de Catarina (1965), composta por: *O sino e a rosa*, *A Chave do Mundo* e *O Círculo*; *A sétima vez* (1975) e *A Correnteza* (1979).

paradas e diversos atos políticos no Brasil, alguns perseguidos pelo governo. (*O Momento*, 07/12/1946: 8).

A autora fez da arte um meio de expressão feminista. Publicou quatro livros de poesia e alguns poemas esparsos em periódicos. Parte dos seus textos não chegou ao conhecimento do público quando foram escritos, como minicontos, contos, radioteatro, teatro, canção e poemas, a maioria deles produzidos em sanatório. Na contramão do que se esperava de uma mulher do seu tempo, afirmou-se intelectual e militante de um partido de esquerda. Teve experiências muito difíceis, marcadas por rupturas e fortes decepções: excluída, perseguida, presa, internada em sanatórios. (AMADO, 2010: 335). Faleceu em 1973 em um desses internamentos, provavelmente em decorrência do excesso de choques elétricos. (MACHADO, 2000: 49).

A produção literária dessas militantes abre a possibilidade de reflexões sobre como o ideário pecebista influenciou suas produções, além de oferecer elementos para o entendimento de como elas pensaram as relações entre os gêneros e a luta das mulheres por mais liberdade. Através dos textos literários, tanto Alina Paim quanto Jacinta Passos representaram os fatores que acreditavam contribuir para a opressão feminina. Alina Paim observou que a opressão das mulheres ia além do plano físico-econômico e se dava também no campo afetivo. Segundo a autora, as influências culturais deixavam marcas indeléveis no inconsciente feminino, levando à naturalização do estado de submissão.

No último período da Escola Normal, discutira muito com as colegas sobre a liberdade da mulher; naquela época seus planos de independência reduziam-se à luta econômica, [...] algumas vezes avançava também no domínio intelectual [...]. Com surpresa Luísa certificara-se que vencer nos terrenos econômicos e intelectual não constituía tudo para a mulher, falta muito para que seja inteiramente livre. [...] Tinha consciência de liberdade agora que rompera com a escravidão afetiva. [...] Partira a continuidade de submissão mantida pelas mulheres da família através de gerações. [...] Era igual às outras mulheres. O hábito do cativo tinha profundas raízes inconscientes, também havia aceitado a obrigação de submeter-se ao homem: pai ou marido, sem examinar de frente quem dava ordens, nem investigar o direito que lhe conferia o manejo das rédeas. [...] Despedaçara as amarras afetivas com raízes no passado, nos preconceitos de educação, nos mandamentos religiosos, nos ecos da voz de Jeová. [...] Era preciso começar do princípio, reconstruir a vida nos alicerces cavados com a análise de si mesma, levantados sobre a compreensão de uma igualdade real entre os sexos. (PAIM, 1949: 203-206).

Observa-se que já estava sendo gestada uma reflexão sobre as influências de fatores culturais no processo de opressão do feminino. Mas essas proposições, ao que parece, não eram recebidas sem tensões dentro do PCB. As representações de Alina Paim indicam que,

geralmente, quando as militantes propunham uma discussão dos problemas femininos a partir do viés cultural, eram chamadas, pejorativamente, de *feministas*.

Na célula, nesse período, choviam sobre ela as críticas contra sua visão unilateral, imbuída de paixões e, por isso, desgarrada do conjunto. “A companheira tem um desvio feminista” – disse-lhe certa vez o secretário político. Fuzilou-o com os olhos, disciplinando o impulso de gritar-lhe: – “Conheça melhor as companheiras. Pontifique menos e enxergue mais” (PAIM, 1961: 93).

Em que pese as críticas, a maioria dos romances de Alina Paim traz as marcas do seu “desvio feminista”. Na narrativa do romance *Sol do Meio Dia* a autora trouxe representações indicando que problemas aparentemente de ordem privada deveriam ser debatidos politicamente – “Não foi para que a vida fosse mais bela que entrou na luta? Não foi para que o amor deixasse de ser privilégio que se tornou militante?” (PAIM, 1961: 33). Além das representações ligadas às demandas feministas, apresentou elementos que possibilitam pensar as tensões ocorridas no interior da militância, por vezes, movidas por preconceitos de classe.

– Vocês intelectuais pequeno-burgueses embelezam a realidade, têm teias de aranha na cabeça. O Coração esfriou, os olhos secos pareciam lambidos por labaredas que ela não sabia de onde partiam. [...] Por que existia a dúvida contra ela? Tinha culpa se aprendera a ler, estudara, traduzia francês, encontrava-se por trás de um teclado ao invés dos pentes de um tear? (PAIM, 1961: 169-170).

Se Alina Paim utilizou o romance como instrumento de luta feminista, Jacinta Passos Amado expressou seu feminismo através da poesia, evidenciando o duplo padrão moral da sociedade. O poema *Canção Simples* é representativo nesse sentido. Ele aponta para a dupla moral sexual, na qual, os mesmos atos eram julgados de maneira diferente. Os homens tinham mais liberdades sexuais, enquanto as mulheres deveriam manter a sexualidade reprimida para serem respeitadas. A infidelidade masculina era lida – apenas – como uma fraqueza do sexo, enquanto a feminina era tratada como um desvio moral. O poema destaca que todos esses valores não eram naturais, mas vinham de uma tradição. Portanto, eram marcas de uma cultura passível de modificação.

A flor caída no rio/ que leva para onde quer/ Sabia disso e caiu./ Seu destino é ser mulher./ Leva tudo e segue em frente,/ amor de homem é tufão,/ o de mulher é semente/ que o vento enterrou no chão./ Mulher que tudo já deu,/ homem que tudo tomou,/ é mulher que se perdeu,/ é homem que conquistou./ Mulher virgem, condição/ para homem dar – nobre gesto – / resto duma

divisão/ se a divisão deixou o resto./ No sangue, a honra é lavada/ de homem que mulher engana,/ mulher que vive enganada/ coitado! Fraqueza humana./ A flor caída no rio/ que a leva para onde quer,/ sabia disso e caiu,/ seu destino é ser mulher! (PASSOS, 1941 apud AMADO, 2010: 66).

Já no poema intitulado *Chiquinha* – aqui aparece apenas um pequeno fragmento de um longo poema – Jacinta Passos deu destaque à “opressão” histórica na qual as mulheres estavam submetidas, nas mais variadas sociedades, e a necessidade de luta para a libertação feminina. Evidencia que a subjugação e exploração do sexo feminino eram promovidas há séculos, inclusive antes do capitalismo, e se manifestavam de diferentes maneiras, a depender do tempo e do espaço. A autora dedicou o poema a Matilde, Maria, Regina, Lourdes, Marcelina, Tomásia e Bernadete – empregadas domésticas da família Passos. (AMADO, Janaína, 2010).

Chiquinha/ tão frágil,/ magrinha./ teu corpo miúdo/ o tempo secou,/ as formas redondas /o tempo gastou./ [...] Chiquinha/ Chiquinha/ não lutas sozinha./ A doce esperança/ te vem como herança/ e a luta também,/ do fundo dos séculos,/ Chiquinha, te vem./ [...] Chiquinha/ Chiquinha/ durante dez séculos/ teu corpo fechado/ nas torres feudais/ [...] foi corpo arrancado/ da terra, da vida/ corpo sem raiz/ feito puro espírito,/ mistério e tabu/ teu corpo adorado/ foi corpo explorado. [...] Chiquinha/ teu corpo/ ainda não é teu./ Não é livre a vida/ não é livre o amor./ Chiquinha/ teu corpo/ mudou de senhor./ [...] A máquina/precisa mover/ dinheiro!dinheiro!/ e tu precisas viver/ [...] Tu vendes teus braços,/ trabalho, energia,/ tu vendes teu tempo,/ descanso, alegria,/ vigor, juventude,/ beleza e saúde/ futuro dos filhos,/ tu vendes, tu vendes,/ Chiquinha que dor!/ tu vendes teu sexo,/ desistes do amor./ [...] A máquina/ te vem devorar/ Chiquinha/Chiquinha/ tu sabes que a máquina/ te vem libertar?/ [...] A máquina/ prolonga teus braços,/ liberta teu corpo/ de serva doméstica,/ te arranca da casa,/ derruba as paredes/ limites, fronteiras/ do lar, doce lar/ – prisão milenar –/ e faz do teu corpo/ cansado/ explorado/ e multiplicado/ na luta, esse mundo/ difícil, Chiquinha/ teu reino será. (PASSOS, 1943 apud AMADO, 2010: 115-120)

Através do poema, Jacinta Passos destacou que somente no mundo moderno abria-se a possibilidade de libertação das mulheres, pois naquele momento elas saíam de casa para trabalhar. Ainda que exploradas pelos “donos das máquinas”, preocupados apenas com os lucros, as mulheres estavam em condições materiais para enfrentar os exploradores e mudar a ordem das coisas. Dialeticamente, as mesmas máquinas que as sugavam, que as exploravam, ofereciam as condições para a sua libertação. “Prolonga teus braços, liberta teu corpo de serva doméstica, te arranca da casa, derruba as paredes, limites, fronteiras do lar, doce lar – prisão milenar [...]”. A ideia, muito arraigada à época, de que o lar seria uma espécie de “*habitat natural*” das mulheres – frequentemente denominadas “rainhas do lar” – foi fortemente questionada. Ademais, a poetisa põe em relevo as contradições de uma sociedade que, ao

mesmo tempo em que tenta dominar e controlar o corpo feminino, pouco o conhece. “Corpo sem raiz, feito puro espírito, mistério e tabu”. Diante disso, reivindicou também o direito a serem donas de seus próprios corpos e de serem livres no amor: “Chiquinha, teu corpo ainda não é teu, não é livre a vida não é livre o amor”.

Como foi destacado, tanto Alina Paim quanto Jacinta Passos tiveram alguma inserção política e social no período, embora a *posteriori* tenham sido praticamente esquecidas por seus *companheiros* de militância. Nas memórias consultadas, a saber: Basbaum (1976), Chaves Neto (1977), Barata (1978), Vinhas (1982), Gorender (1987) e Falcão (1988), o nome de Alina Paim foi sequer mencionado, já o de Jacinta Passos aparece rapidamente no livro de João Falcão, sem nenhum tipo de detalhe sobre suas contribuições ao partido, ao contrário do que acontece quando o autor se refere aos homens considerados importantes.

Apesar da intensa atuação das mulheres pecebistas, de modo geral, as memórias dos homens militantes invisibilizaram a atuação das mulheres, tanto no movimento geral, quanto no comunofeminista. Paralelamente, e provavelmente como consequência disso, a historiografia do PCB, que trata direta ou indiretamente da militância feminina, enfatiza o papel do Partido, apresentando-o como vanguarda do movimento feminino. Geralmente, não se destaca as tensões internas, nem o protagonismo das mulheres e o provável poder que tiveram de incorporar suas demandas específicas em uma instituição hegemonicamente masculina.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Iracélli da Cruz. *A política no feminino: uma história das mulheres no Partido Comunista do Brasil – seção Bahia (1942-1949)*. 238 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2015.
- AMADO, Janaína. Biografia de Jacinta Passos Amado: Canção da liberdade: In: AMADO, Janaína (Org.) *Coração Militante: poesia, prosa, biografia, fortuna crítica*. Salvador: EDUFBA/Corrupio, 2010.
- AS MULHERES devem organizar-se para saírem da escravidão. *O Momento*, Salvador, 05 mai. 1946. p. 1.
- BARATA, Agildo. *Vida de um revolucionário: memórias*. 2 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.
- BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos: memórias*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- CHAVES NETO, Elias. *Minha vida e as lutas de meu tempo: memórias*. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.
- CRIADA a Federação de Mulheres do Brasil. *O Momento*, Salvador, 01 jun. 1949. p. 4.
- EM PROPAGANDA da União Feminina. *Diário da Bahia*, Salvador, 04 Jul. 1935. p. 1.
- FALCÃO, João. *O Partido Comunista que eu conheci*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
- FEDERAÇÃO Brasileira pelo Progresso Feminino. *Momento Feminino*, Rio de Janeiro, 28 nov. 1947. p. 22.
- FIGUEIREDO, Nice. É preciso compreender... *Momento Feminino*, Rio de Janeiro, 14 nov. 1947. p. 12.
- FILIZOLA, Wania. Alina Paim, a vencedora. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 11 jul. 1965, suplemento literário, p. 6.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões à luta armada. 2ª edição. São Paulo: Ática, 1987.
- HOMENAGEM do Partido Comunista do Brasil aos seus escritores e artistas. *Tribuna Popular*, 21 abr. 1946. p. 1.
- JUBILEU da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. *Momento Feminino*, Rio de Janeiro, 08 ago. 1947. p. 18
- JURANDIR, Dalcídio. Três livros. *Novos Rumos*, 23-29 jun. 1961, p. 5.
- MACHADO, Dalila. *A história esquecida de Jacinta Passos*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo/Fundação Cultural do Estado, EGBA, 2000.
- MAGALHÃES, Mario. *Marighuella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo: Cia das Letras, 2012.
- MISCELÂNEA. *Novos Rumos*, 19-25 ago. 1960, p. 5.

MOMENTO feminino. *Momento Feminino*, Rio de Janeiro, 01 ago. 1947. p. 2

MORAES, Dênis. *O imaginário vigiado: a imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-53)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

MULHERES do Brasil: o manifesto da União Feminina do Brasil. *Diário da Bahia*, Salvador, 03 jul. 1935. p. 3.

NAPOLITANO, Marcos. Esquerdas, política e cultura no Brasil (1950-1970): Um balanço historiográfico. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, nº 50, p. 35-50, 2014.

OLIVEIRA, Ilka Maria de. *A literatura na revolução: contribuições de Astrogildo Pereira e Alina Paim para uma política cultural do PCB nos anos 50*. 1998. 153 f. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1998.

PAIM, Alina. *Estrada da Liberdade*. Rio de Janeiro: Leitura, 1944.

_____. *Simão Dias*. Rio de Janeiro: Livraria-Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1949.

_____. *Sol do meio dia*. Rio de Janeiro: ABL, 1961.

PASSOS, Jacinta. Canção Simples. In: AMADO, Janaína (Org.) *Coração Militante: poesia, prosa, biografia, fortuna crítica*. Salvador: EDUFBA/Corrupio, 2010.

_____. Chiquinha. In: AMADO, Janaína (Org.) *Coração Militante: poesia, prosa, biografia, fortuna crítica*. Salvador: EDUFBA/Corrupio, 2010.

PRESTES, Maria. *Meu companheiro: 40 anos ao lado de Luiz Carlos Prestes*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

RESOLUÇÕES do Congresso Nacional Feminino. *Momento Feminino*, Rio de Janeiro, 30 ago. 1949. p. 4.

RESOLUÇÕES. *Momento Feminino*, Rio de Janeiro, 30 jun. 1949. p. 4 e 13.

RIBEIRO, Jayme Fernandes. *Combatentes da Paz: os comunistas brasileiros e as campanhas pacifistas dos anos 1950*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2011.

SCHUMA, Schumacher; BRASIL, Érico Vidal (Orgs.). *Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SENA JUNIOR, Carlos Zacarias. *Os impasses da estratégia: os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil. 1936-1948*. São Paulo: Annablume, 2009.

SOIHET, Rachel. *Feminismos e antifeminismos: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

TAVARES, Btzaida Mata Machado. *Mulheres Comunistas: Representações e práticas femininas no PCB (1945-1979)*. 2003. 151 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Minas Gerais. 2003.

TAVARES, Luiz Henrique Dias. Estantes de livros e escritores. *O Momento*, Salvador, 01 out. 1949, p. 3

VINHAS, Moisés. *O Partidão: A luta por um partido de massas (1922-1974)*. São Paulo: Hucitec, 1982.